

## Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos

Maria de Jesus Moraes<sup>1</sup>

Raquel Duarte Venturato<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo apresenta-se uma análise das mudanças paisagísticas nas cidades de Rio Branco e Manaus, empreendidas pelo poder público na última década. Nestas cidades está em curso um amplo processo de requalificação urbana. A requalificação urbana fruto desse processo tem provocado o “deslocamento forçado” de centenas de famílias de seus locais de moradias, sob o argumento de que estas vivem em “áreas de risco”. Este processo de *deslocamento* e *desposseção* destas cidades está intrinsecamente associado à especulação imobiliária.

**Palavras-chave:** Prosamim; remoção forçada; áreas de risco; Residencial Cidade do Povo; urbanização na Amazônia.

**Urban reform in the cities of Manaus (AM) and Rio Branco (AC) between the “displacement” and forced “dispossession” of material and symbolic goods**

1 Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (UFAC) – Rio Branco (AC) – Brasil – mjmorais@hotmail.com; mjmorais@globocom

2 Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo (USP) - São Carlos – Brasil – quelvento@gmail.com

**Abstract:** *This paper presents an analysis of landscape changes in the cities of Rio Branco and Manaus which is undertaken by the government in the last decade. In these cities is underway a wide-ranging of urban development an ongoing wide-ranging urban redevelopment which has caused the “forced displacement” of hundred of families from their dwellings places, under the argument that they live in “risk areas”. This process of displacement and dispossession, of these cities are intrinsically linked to land speculation.*

**Keywords:** *Prosamim; forced removal; hazardous areas; Residential City People; urbanization in Amazonia.*

## Introdução

Os termos *deslocamento* e *desposseção* aqui utilizados são emprestados de Harvey (2011), quando este discute a produção do espaço urbano no que diz respeito à absorção do capital por meio da “reabilitação urbana”. Ambos os termos estão relacionados à reforma urbana e à retirada da população de baixa renda de áreas valorizadas e/ou em valorização pelo capital imobiliário. *Desposseção* também está relacionado ao processo de “perda de direitos” da população que habita as periferias<sup>3</sup> pobres das cidades. O que significa dizer que estas populações estão sendo “despossuídas dos espaços que ocupavam havia muito tempo” (p. 147).

Este processo de *deslocamento* e de *desposseção* é acompanhado pela construção de um “patriotismo da cidade”. Este é, segundo Vainer (2000), um valor construído e reforçado que permite ao poder político e ao conjunto dos cidadãos assumir com orgulho seu passado, seu presente e seu futuro. Isso significa envolver, simbolicamente, os cidadãos com o “projeto de cidade”, seja pela força física, seja discursivamente ressaltando a importância do empreendimento. O patriotismo da cidade visa construir um sentimento de pertencimento a uma determinada narrativa e a um determinado território e a sua construção apoia-se em obras públicas que lhe dão visibilidade e reforçam o patriotismo cívico dos cidadãos, pois “[...][...] cada espaço inaugurado, transformado em evento e capturado pelos produtores de imagem, constitui oportunidade de afirmação do projeto de cidade” (Sanchez, 2003: 92).

Nas cidades de Manaus e Rio Branco há uma produção discursiva, nos meios de comunicação e espaços de debates, acerca da vulnerabilidade da população

3 O termo *periferia urbana* não se restringe à dimensão espacial e abrange a dimensão socioespacial, caracterizada pela ausência do Estado e pela carência de infraestrutura e de equipamentos urbanos (Maricato, 1982).

de baixa renda que vive, principalmente, às margens de rios e igarapés. Estas áreas são apresentadas como onerosas ao serviço público, que não tem condições de investir nestes locais dadas as perdas materiais a cada enchente, e são apresentadas também como áreas em que mais se degrada o meio ambiente. Esta questão é extremamente contraditória, pois a população é retirada, mas o rio ou o igarapé não é despoluído, no máximo, é canalizado e são construídos parques e jardins em seu entorno.

Os projetos de cidade em ambos os casos estão relacionados à dita modernização urbana. O Estado, nesta perspectiva, atua criando as condições necessárias para a reprodução do capital, tornando a cidade mais aprazível aos olhos do capital especulativo. E para isso faz-se necessário erradicar ou esconder os denominados “aglomerados subnormais”. Aglomerados daqueles sujeitos que não têm condições de pagar pela casa-cidade e que vivem nos “[...] arredores de cidades, nas extensas e sujas periferias ou nas áreas centrais ditas deterioradas” (Rodrigues, 1997: 14). Neste caso, a cidade representa para o capital a “fonte de lucro” e para “[...] os trabalhadores uma forma de existência” (Kowarick, 2000: 97).

No que diz respeito às obras da Copa 2014, segundo o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa organizado pela ONU, vários direitos humanos têm sido violados para dar espaço às megaconstruções, a começar pelo direito à informação adequada e antecipada acerca de planos de remoção de comunidades inteiras. Ações estas endossadas pelo Governo Federal, pautadas sobre as justificativas da necessidade de adequação das redes de mobilidade urbana e dos serviços para a melhoria na qualidade de vida de comunidades carentes, mas que, na verdade, não passam de planos para a destruição de comunidades e bairros, aprofundamento das desigualdades urbanas, miséria para muitos e benefícios para poucos. Estima-se que de 150 mil a 170 mil pessoas serão removidas de suas casas para dar espaço às obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 (Dossiê, 2012a; 2012b; Maracci, 2012).

Este artigo contém uma análise dos processos recentes de reforma e/ou requalificação urbana que vem ocorrendo nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC), com o objetivo de trazer ao público uma discussão sobre o urbano na Amazônia. Manaus, por ser a metrópole regional, e Rio Branco, a capital do estado Acre, estado este que é apresentado como o local que mais se respeita as populações locais. Nestas cidades, a exemplo de outros espaços urbanos, têm sido implantados projetos de requalificação urbana que têm remodelado as suas paisagens. A situação de Manaus é analisada a partir do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) e das obras da Copa 2014, e Rio Branco a partir das obras do Residencial Cidade do Povo. Em ambas as cidades estão ocorrendo deslocamentos

de suas populações para outras áreas, sem levar em consideração as redes afetivas e familiares, bem como o local de trabalho e da escola das crianças.

O artigo está subdividido em três seções: A produção do espaço urbano; A cidade de Manaus, o Prosamim e as obras da Copa 2014; A cidade de Rio Branco e o Residencial Cidade do Povo e, por último, as considerações finais.

## A produção do espaço urbano

A produção do espaço urbano envolve vários agentes como apontam Corrêa (1989; 1997; 2011), Cavalcanti (2001), Carlos (1992), Rodrigues (1997), Kowarick, (2000). Dentre os agentes destacam-se os promotores fundiários, os grandes comerciantes, o Estado, os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais organizados. Os três primeiros agentes têm interesses às vezes diferenciados, mas, concretamente, as suas ações convergem para a exclusão socioterritorial da população de baixa renda que passa, cada vez mais, a viver em áreas precarizadas.

Na cidade o processo de produção e reprodução do espaço é marcado por diferentes interesses dos agentes sociais. O solo urbano é disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre os sujeitos e os seus usos. Estes conflitos de interesses de usos são orientados pelo mercado e mediados pelo Estado, uma vez que este é o propiciador das condições gerais de reprodução do capital e o gerenciador dos conflitos sociais. Neste sentido, o papel do Estado é de fundamental importância, principalmente para os promotores fundiários e imobiliários, pois o investimento injetado no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo “[...] como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social” (Kowarick, 2000: 23).

As grandes obras de renovação urbana, como ressaltado em Sanchez (2003), são operações estratégicas que se transformam em “[...] grandes vitrines publicitárias da cidade-espetáculo [...]”, que buscam consagrar os projetos do governo e despertar o espírito cívico, o orgulho e a sensação de pertencimento da população.

A manipulação das informações na construção desses discursos-imagens é atribuída à genialidade de alguns técnicos de marketing, que conhecem os valores e os anseios populares. E para isso constroem uma memória coletiva dos lugares e criam, simbolicamente, uma necessidade de mudanças. A manipulação das informações leva em conta aspectos que “[...] estão plantados no imaginário da população, ligados a seus paradigmas históricos, à sua identidade ou ainda à sua vontade de mudanças de paradigmas existentes” (Maricato, 2000: 166).

Para o sucesso da produção da cidade espetáculo faz-se necessária a criação de um consenso em torno dos “projetos de cidades”. Este consenso, para Vainer

(2000) e Sanchez (2003), parte primeiro da criação de uma “consciência de crise” urbana, de caos e depois pela construção de um “patriotismo cívico”, de identificação com o projeto. O sentimento de crise está relacionado aos problemas urbanos que precisam ser resolvidos “[...] num consciente e durável patriotismo da cidade [...]” (Vainer, 2000: p. 94).

O discurso sobre a cidade é uma construção material e simbólica. Material no sentido de obras que requalificam o urbano, e simbólica no sentido do civismo urbano, da identidade de seus moradores e da sua identificação com a cidade (Sanchez, 2003). As “imagens construídas constituem”, segundo esta autora, um “discurso sobre a cidade”. E as “[...] intervenções espaciais são discursos em ação, expressões materiais de uma concepção de cidade [...]” (Sanchez, 2003: 87).

Estes discursos veiculados pelos meios de comunicação têm o “[...] objetivo de modificar a imagem da cidade e construir novas ‘imagens de marca’ das cidades ‘re-inventadas’” (Sanchez, 2003: 86). Neste caso, entra em cena o empenho do governo local em tornar a “[...] cidade mais equipada e com belos atrativos, no intuito de viabilizar as empresas, ou seja, ao capital privado, maior grau de exploração e acumulação”.

Para Sánchez (2003: 66) os processos que transformam as cidades constituem-se como “[...] disputa entre os lugares, que se lançam como produtos num mercado mundial [...]”. A “[...] cidade é uma mercadoria a ser vendida [...]”, reforça Vainer (2000), em um “[...] mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda [...]” (p. 78). Internamente, a cidade também é vendida, tanto para os promotores imobiliários e fundiários quanto para a população de alto poder aquisitivo, aquela que pode pagar para “viver bem na cidade”.

Neste sentido, a qualidade de vida nas cidades é um valor e uma mercadoria, e é vendida no mercado de cidades, como ressalta Harvey (2011: 143):

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como a própria cidade, em um mundo onde o turismo, o consumismo, o *marketing* de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpétua dependência em relação à economia do espetáculo, tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano.

Na atualidade a transformação urbana por meio dos “projetos de cidades” implica a produção de discursos por parte dos “donos da cidade”. Em Manaus, a prefeitura usa o *slogan* “Você merece uma cidade melhor”. Em Rio Branco, durante a gestão do governador Jorge Viana, o *slogan* era a “Cidade da florestania”, hoje é “Aqui é o meu lugar”, “Rio Branco: melhor lugar para se viver”.

## A cidade de Manaus, o Prosamim e as obras da Copa de 2014

A cidade de Manaus é a capital do Amazonas e possui uma população de 1.802.014, mais da metade da população do estado, sendo que um quarto dela vive em assentamentos precários e 140 mil famílias estão em extrema pobreza, segundo dados do Censo do IBGE de 2010. Localizada às margens do rio Solimões e do rio Negro, Manaus é drenada por inúmeros igarapés.

Na cidade de Manaus ocorreram, pelo menos, três momentos significativos na modelagem urbana. O primeiro com a exploração da borracha e a europeização das habitações; o segundo com o advento da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e o consequente espraiamento do espaço urbano e o crescimento de vários bairros periféricos; e o terceiro com as recentes políticas de reforma urbana, como o Prosamim e as obras da Copa de 2014.

No primeiro momento, no auge da exploração da borracha, a cidade de Manaus foi moldada para a modernidade. O processo de modernização produziu uma cidade com “múltiplas contradições e conflitos” (Oliveira, 2003; 2008).

No início do século XX as casas eram feitas de barro com cobertura de palha. Estas representavam as habitações da população pobre da cidade. Este tipo de construção foi proibido pelo primeiro Código de Posturas do Município de 1872, e mantida pelo Código de 1890, no qual se ressaltava a determinação da demolição da casa, caso o infrator desobedecesse à lei. Já pelo Código de 1910, as coberturas de palhas só eram permitidas na periferia “[...] nos arrabaldes, desde que o morador construa um muro na altura que ultrapasse o telhado da casa sob pena de multa ou demolição” (Dias, 1995, *apud* Araújo, 2012: 02).

A Manaus da *Belle Époque* era a “cidade do fausto”, cidade dos “[...] cafés, do teatro, dos palacetes e de um urbanismo higienizado e organicista [...]”, e isto foi fruto da racionalidade que se impôs a partir da “[...] abertura de ruas, da construção de pontes e do aterro de igarapés”. Esta cidade era usufruída pelos moradores de alto padrão de renda, e a maioria da população vivia sem ter “suas necessidades básicas atendidas” (Oliveira, 2008: 66).

Na Manaus do início do século XX foi construída uma “[...] infraestrutura de transportes, de energia e de saneamento [...]” que era vendida “[...] como sinais de progresso e de crescimento”. Neste sentido as políticas urbanas da época estabeleceram “[...] as condições de produção e de reprodução da cidade[...]” para atendimento dos interesses da classe dominante (Oliveira, 2008: 66-67).

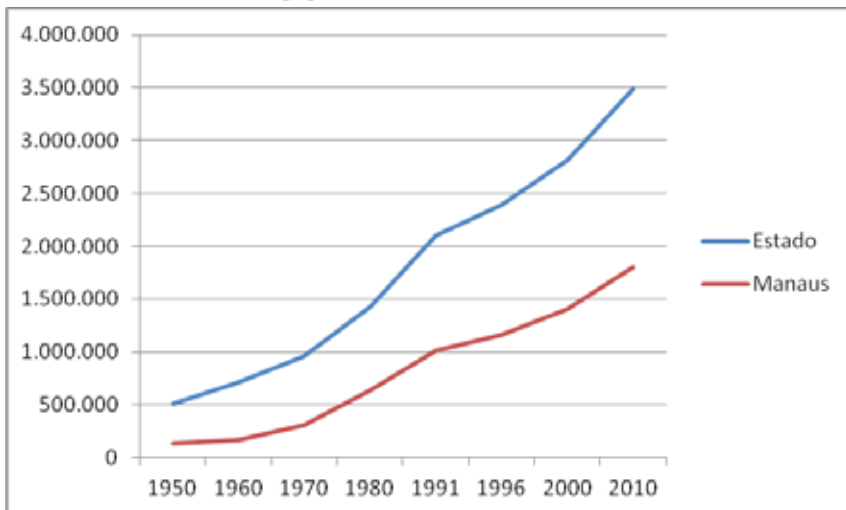
O segundo momento da urbanização da cidade de Manaus foi o da criação da ZFM em 1967. Criada com a finalidade de isenção fiscal, atraiu várias montadoras para o seu polo industrial, e a cidade, ofuscada pela queda dos preços da

borracha, renasceu com um comércio de importados e um polo industrial onde se concentraram dezenas de fábricas. A partir daí, formou-se um novo quadro na paisagem urbana, sobretudo nas margens dos igarapés, em decorrência do intenso processo migratório de população de baixa renda ocorrido em direção à cidade e da atração exercida em virtude da atividade industrial (Oliveira, 2008).

A mancha urbana da cidade ampliou-se e a população de baixa renda que chegava ocupou as margens de igarapés. A ocupação crescente e a periferização da população de pobres foi o reflexo do processo de modernização, que segregou os trabalhadores de baixa renda e os conduziu, de maneira obrigatória, a habitar em “áreas vulneráveis” da cidade. As mudanças da malha tornaram-se aparentes e demonstram o crescimento populacional e as alterações significativas no traçado urbano, na morfologia e nas tipologias das habitações (Araújo, 2012). Neste sentido voltou à tona a “[...] cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos, e surgem as espacialidades dos trabalhadores dos grotões, do outro lado dos igarapés e do outro lado do rio [...]”, como ressalta Oliveira (2008: 68). Segundo este autor, a espacialidade da cidade foi semelhante ao período do *boom* da borracha, quando a mesma era dividida em áreas com construções que obedeciam ao planejamento urbano e áreas que cresciam “espontaneamente”.

Na década de 1960 a população de Manaus era de 173.703 habitantes passando para 311.622 habitantes na década de 1970, e daí em diante não parou mais de crescer, conforme podemos observar no Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Evolução da população do estado do Amazonas e cidade de Manaus



Fonte: Dados dos Censos demográficos do IBGE e Contagem da População de 1996.

Para a população migrante de baixa renda, as margens dos igarapés ou a periferia urbana passaram a representar a alternativa para moradia. Também foram construídos conjuntos habitacionais destinados à população de maior poder aquisitivo.

A malha urbana, a partir daí, expandiu-se em várias direções, no sentido norte e leste, com a predominância “[...] das ocupações espontâneas conhecidas como invasões [...]”, e no sentido oeste, com a “[...] predominância de condomínios fechados e moradias de alto padrão” (Oliveira, 2008: 84). No sentido oeste destaca-se a orla da Ponta Negra com os apartamentos de alto padrão de frente para o rio Negro. Neste contexto, morar com qualidade de vida em Manaus significa morar de frente para o rio Negro, mas a população que se encontra às margens dos igarapés é considerada como aglomerados subnormais, dado o porte das construções, de quem são os seus moradores e da infraestrutura existente. Segundo Oliveira (2008: 84), morar com qualidade de vida e “[...] ter o rio como janela é para os poucos que podem pagar [...]” uma fortuna para ter este privilégio.

Nos últimos 10 anos, como aponta Gurgel (2012), Manaus tornou-se a capital das grandes obras e este é o terceiro momento de sua evolução urbana. Nesta década o governo do estado vem realizando projetos de reestruturação da cidade com o fim de criar novas paisagens urbanas e para isto os principais igarapés que drenam a cidade e que, tradicionalmente, concentram a população de baixa renda são os alvos principais. Isso é decorrente e/ou provocador do processo de valorização do solo urbano. Para o sucesso desta iniciativa, e na lógica dos “donos da cidade”, as favelas de palafitas, incrustadas nos igarapés que margeiam as áreas centrais da Capital, precisam ser extintas ou urbanizadas.

O Prosamim foi criado com este propósito, para resolver problemas como falta de saneamento, urbanização e habitação. Para isso estão sendo construídos parques residenciais, praças, pontes, vias de circulação e ornamentadas as áreas de entorno dos igarapés na parte central da cidade (Prosamim, 2012).

O Prosamim tem como bases e diretrizes fundamentais a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. Tem como objetivo:

Contribuir para soluções da problemática ambiental, social e urbanística que afetam a população, visando às condições de saúde nas áreas de intervenção através da reabilitação e/ou implantação dos sistemas de



drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas e de resíduo sólidos, recuperação das áreas ambientais, melhoria das condições de habitação da população, regularização das propriedades, regularização do uso do solo e implantação de áreas de lazer (Prosamim, 2012).

De acordo com a Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI), as estratégias de intervenção são:

- 1 - reassentamento da população retirada das margens de igarapés através do ressarcimento que pode ser desde a indenização em dinheiro, carta de crédito no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais), permuta com uma casa em conjunto habitacional ou permuta com um apartamento em unidade habitacional de solo criado (este último fruto do aterramento de igarapés);
- 2 - ampliação da oferta de solo criado que consiste em novas áreas disponíveis para construção de moradias de baixo custo, ou seja, nos novos conjuntos habitacionais em áreas longínquas da cidade disponíveis às populações oriundas dos igarapés cujas intervenções estão em marcha;
- 3 - construção de vias e parques como estratégias de contenção a novas ocupações das margens dos igarapés que, desta forma, terão novas configurações. Neste último caso o que ocorre é a “limpeza” da área e o seu embelezamento, o que contribuirá para a valorização do solo urbano (Amazonas, 2011).

As áreas de intervenção do Prosamim situam-se em duas bacias hidrográficas da área central da cidade de Manaus: a bacia do Educandos e do Quarenta, e a bacia do São Raimundo (ver Figura 1 e Fotos 1 e 2). Para a bacia do São Raimundo está em execução a remoção de famílias, a construção de 1.622 unidades habitacionais no local e 978 casas em conjuntos habitacionais. No local, as habitações são construídas após o aterramento dos igarapés e na forma de prédios. A parte que aparece na legenda como áreas de construção de conjuntos habitacionais na Figura 1 refere-se às áreas de solo criado. A bacia do Educandos conta com 33 igarapés e abrange 15 bairros, estendendo-se do Centro até o Distrito Industrial. Nesta bacia vivem cerca de 21 mil famílias. Nesta bacia está proposta a construção de Parques Residenciais com 372 unidades habitacionais para abrigar as famílias já removidas. Já foram removidas 6.683 famílias (Amazonas, 2011).

**Figura 1** – Área de Intervenção do Prosamim na bacia do igarapé Educandos e igarapé Quarenta



Fonte: Araujo, 2012.

**Fotos 1 e 2** - Igarapé Manaus: condições de moradia e pontes de madeira que interligam as palafitas, antes e depois da intervenção do Prosamim.



Fonte: Araujo, 2012.

Estes igarapés foram selecionados dada a densidade populacional de suas margens. O mais curioso da justificativa do poder público para a escolha destes locais é a argumentação de que o crescimento populacional destas áreas aumentou em “[...] função da acessibilidade aos serviços e trabalho [...]” dos moradores, “[...] pontos principais justificados pelas famílias que ocupam as margens desses igarapés, resultando daí mudanças significativas da malha urbana” (Araújo, 2012: 07). Para o poder público isto é um problema e precisa ser

sanado, ou seja, a população precisa ser removida para áreas distantes e o entorno dos igarapés deverá se transformar em parques urbanos.

O Prosamim visa à requalificação urbanística dos igarapés. Porém, segundo Araújo (2012: 09), o que se tem concretizado são os “[...] aterros de igarapés para uso do solo criado na construção de unidades habitacionais e drenagem dos igarapés a céu aberto para construção de mais unidades habitacionais no mesmo local [...]” e também de parques urbanos.

Além do Prosamim, que é parte do processo de remodelagem urbana de Manaus para torná-la atraente aos olhos do capital especulativo, estão em curso as obras da Copa de 2014, que também irá produzir uma nova remodelagem do espaço urbano e irá deslocar centenas de famílias do seu lugar de moradia. Grande parte das obras está na área de entorno das intervenções do Prosamim. Em Manaus, três grandes obras previstas desapropriarão moradores:

- A.) Bus rapid Transit (BRT) – Zona Leste (rota pré-estabelecida: Cosme Ferreira, Aleixo, Petrópolis, Centro);
- B.) Monotrilho – Zona Norte (rota pré-estabelecida: Jorge Teixeira, Cidade Nova, Torquato Tapajós, Constantino Nery, Centro).
- C.) Reforma estádio Ismael Benigno, o Estádio da Colina, bairro São Raimundo, na Zona Oeste (ver Figura 2);

**Figura 02** – Proposta de construção do BRT



Fonte: Andrade, 2012.

A construção do BRT (sistema de transporte com aproximadamente 20 km de extensão interligando 20 estações e três terminais), de Leste a Centro, tem

gerado conflitos entre agentes da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinf) com os moradores dos bairros São José, Tancredo Neves e Mutirão. Segundo esses moradores, as casas foram enumeradas sem que houvesse explicação e autorização para a demarcação, estigmatizando socialmente essas pessoas. Em nota após o ocorrido, a Seinf informou que se trata da instalação do sistema de transporte público BRT, em que 905 casas serão retiradas, das quais cerca de 500 já foram demarcadas e cadastradas. No entanto, o projeto recebeu contestações do Tribunal de Contas da União, e a Prefeitura Municipal, responsável pela obra, não tem disponibilizado informações, gerando um clima de incerteza e indisposição entre moradores das comunidades.

O Monotrilho, além de gerar preocupação quanto às possíveis remoções, ainda gera dúvidas quanto à sua eficiência em termos de quantia financeira investida. Enquanto o projeto BRT Linha Leste–Centro, financiado pela Prefeitura Municipal de Manaus, tem investimento previsto em 290 milhões de reais, dos quais 30 milhões serão destinados a indenizações das desapropriações, o governo do estado do Amazonas, investirá no Monotrilho, inicialmente, 1,5 bilhão de reais, dos quais 86 milhões serão destinados a indenizações das desapropriações.

Já a ampliação das dependências e a criação do campo de treinamento no Estádio Ismael Benigno têm deixado moradores do entorno e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil (Sintracomec) preocupados, pois eles temem as ações de desapropriação.

A forma de ressarcimento, quando existente, segundo os Dossiês da ONU, não passam de 4 a 10 mil reais, salvo nos casos em que há titularidade de posse, quando o valor pode chegar a 30 mil reais. Esse fato gerou muitas dúvidas quanto à indenização dos imóveis. Os proprietários alegam, com razão, que os valores ofertados não pagarão sequer o material que fora investido por anos, muito menos a localização e as sociabilidades estabelecidas nas proximidades; bem como não considerarão a presença de algum tipo de comércio junto à residência, como mantenedora da geração de renda familiar.

Segundo o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, que se organizou com intuito de protestar contra as remoções compulsórias, não há informações disponíveis, número exato de famílias atingidas, nem sequer esclarecimentos contundentes dos órgãos responsáveis pelas ações de remoção. Até agora o governo recusou-se a informar quantas pessoas pretende remover de suas casas e bairros, mas pela maquete das obras, a área a ser reformada atingirá centenas de famílias. A desinformação constitui, ela mesma, uma forma de violação dos direitos humanos. O Comitê Popular da Copa e o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) já solicitaram informações aos órgãos públicos e deverão entrar com ação

contra o início das obras caso o destino das famílias permaneça incerto. Os moradores que serão atingidos por essas obras vivem sob a incerteza da desapropriação. Incertezas essas alegadas como necessárias para a modernização da cidade.

## A cidade de Rio Branco e o Residencial Cidade do Povo

A cidade de Rio Branco é a capital do Acre, possui uma população de 335.796 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010, cerca de 60% da população do estado do Acre. A cidade é cortada pelo rio Acre e por inúmeros igarapés.

O povoamento que lhe deu origem remonta ao final do século XIX, naquele momento a busca pelo “ouro negro” desbravou estas terras para a “civilidade”. A história do Acre e de Rio Branco, em particular, está relacionada, portanto, à exploração do látex empreendida a partir da segunda metade do século XIX.

A exploração do látex foi responsável pela anexação do Acre ao Brasil, e também pela institucionalização das primeiras cidades. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis, foi criado o Território do Acre e instituída a sua primeira organização político-administrativa em 1904. Naquela data o Território do Acre foi dividido em três Departamentos (Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purus) e foram criadas as suas primeiras sedes administrativas. Para o Departamento do Alto Acre a sede foi escolhida às margens do rio Acre, onde é hoje a cidade de Rio Branco (Morais, 2000).

Em 1920, com a unificação do Território do Acre, Rio Branco passou a ser a capital do referido Território e teve início no final dessa década uma política higienista e modernizante com objetivo de dotar a capital com “ares de civilização”. No governo de Hugo Carneiro (1927-1930) foram iniciadas as construções de obras públicas em alvenaria, como o Palácio do Governo, o Mercado Municipal, o Quartel da Força Policial e reformulado o Código de Postura.

O Mercado Municipal, por exemplo, foi construído como símbolo do conceito de “[...] higiene e sanitização do Território [...]” e o Palácio Rio Branco, dado o porte de sua construção, destoava da paisagem da cidade e representava o poder territorial (Souza, 2001: 15-23). Com Hugo Carneiro um “Acre em alvenaria”, duradouro, começou a ser construído, como podemos aludir nesse trecho do Relatório do seu governo enviado ao governo federal: “[...] estamos a construir um Acre definitivo, um Acre em alvenaria, sem o caráter transitório das fundações adventícias, um Acre que ficará, que resistirá à ação destruidora do tempo e à poeira da ruína de seu passado” (Souza, 2001: 63).

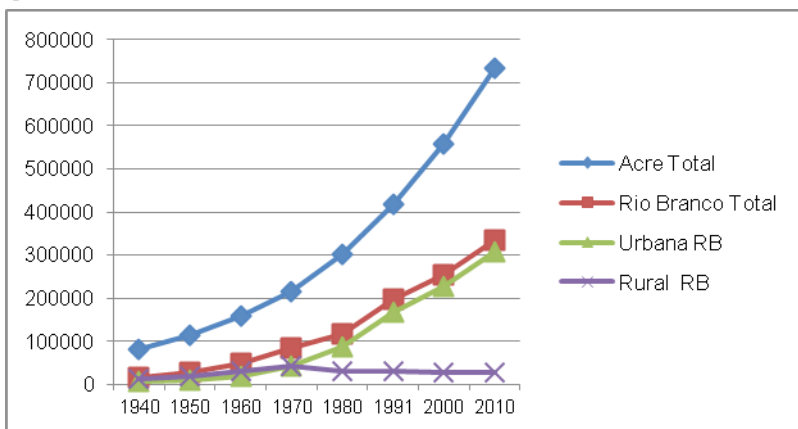
As intervenções em Rio Branco neste governo “deveriam servir” como vitrine da modernidade. As intervenções deveriam transformá-la em “[...] uma

cidade com um novo padrão arquitetônico, em alvenaria [...]” para romper com o atraso que as construções em madeira representavam (Souza, 2001: 64). Com estas iniciativas começou a produção de uma cidade “insustentável” do ponto de vista do conforto ambiental, pois o modelo e o material de construção utilizado não eram adequados para as condições climáticas da região. A arquitetura, tanto de Manaus quanto de Rio Branco, foi produzida de “[...] costas para a localização onde ela é implantada [...]”, ou seja, nos trópicos úmidos, são construções de alvenaria, com telhado de zinco e janelas de vidros, como ressalta Rummenhoeller (2010: 118), que pouco contribui para o conforto ambiental.

Rio Branco não vivenciou a *Belle Époque* como Manaus e Belém, mas vivenciou as características de precarização das condições de moradia. Em Manaus, o crescimento da malha urbana acentuou-se com a implantação da ZFM e em Rio Branco foi com a expropriação territorial decorrente da frente agropecuária.

A mancha urbana da cidade ampliou-se nas décadas de 1970 e 1980, no contexto da frente agropecuária. A expulsão das terras e o movimento migratório foram os fenômenos mais intensos nos primeiros anos da chegada dos agropecuaristas ao Vale do Acre-Purus. Com as terras sendo progressivamente ocupadas por novos donos, é desencadeado o processo migratório de seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos para Rio Branco, como podemos observar a partir dos dados do Gráfico 2. Os problemas imediatos desse fluxo migratório para Rio Branco foram o surgimento de loteamentos clandestinos em locais onde faltava todo tipo de infraestrutura (Morais, 2000).

**Gráfico 2** – Evolução populacional no estado do Acre e no município de Rio Branco no período de 1940 a 2010.



Fonte: dados dos Censos demográficos do IBGE.

Muitos dos bairros surgidos a partir da década de 1970 foram habitados pela população expulsa das áreas rurais e proliferaram tanto ao longo do rio quanto nos vazios urbanos. Ou seja, como aquela população não dispunha “[...] de dinheiro suficiente para comprar terreno ou casa em terra firme [...]”, fizeram “[...] suas casinhas em terrenos alagadiços ou nos barrancos dos rios” (Morais, 2000).

Processo este iniciado nestas décadas e que continua até hoje. Segundo Oliveira (2011: 127), “[...] mais de 10% da população urbana rio-branquense mora em áreas suscetíveis a ocorrência de desastres naturais [...]” ou na periferia da cidade, identificadas pelo zoneamento do Plano Diretor da Cidade (Rio Branco, 2006) e pelo Plano Municipal de Interesse Social (Rio Branco, 2011), como áreas de enchentes e de deslizamentos. Esta população é constituída por famílias de baixa renda e vivem em áreas desprovidas de infraestrutura urbana. Moram em casas feitas de madeira e com poucos cômodos.

Os dados extraídos dos cadastros das 181 famílias desabrigadas pela enchente de 2010 demonstram a vulnerabilidade socioeconômica e habitacional a que estas famílias estão expostas, o que as coloca em situações de desvantagem perante aquelas que na ocorrência do desastre conseguem, pelo aporte financeiro e o nível de escolaridade, reagir e superar com maior facilidade o risco vivenciado (Oliveira, 2011). Na Foto 3, temos uma visão parcial dos bairros 6 de Agosto e Cadeia Velha, ambos às margens do Rio Acre, e no Quadro 1 vemos os dados das vítimas de enchentes na cidade de Rio Branco.

**Foto 3** – Vista parcial dos bairros 6 de Agosto e Cadeia Velha durante a cheia de 2010.



Foto: EIA-RIMA (2012).

**Quadro 1** – Número de vítimas das inundações de 2006, 2009, 2010 e 2012 na cidade de Rio Branco-AC

Ano	Vítimas	Nº. Bairros atingidos
2006	41.846	47
2009	18.582	16
2010	18.790	16
2012	90.000	50

Fonte: Oliveira (2011) e [www.ac24horas.com.br](http://www.ac24horas.com.br), acessado em 11/11/2012

Parte dos moradores atingidos pelas enchentes tem sido retirada das áreas alagáveis e colocada em situação de aluguel social em vários bairros da cidade, como a Vila Acre, Calafate e Residencial Rosa Linda. Em 2012, 700 famílias estavam nesta situação. Destas, 140 famílias estavam com o aluguel social atrasado há mais de três meses, pois a prefeitura de Rio Branco não tem repassado o dinheiro. Com o projeto da construção do Residencial Cidade do Povo parte desta população será deslocada para este local.

Apesar dos Planos Diretores de 1986 e 2006 preverem a saída da população destas áreas porque elas foram identificadas como impróprias para serem residenciais, o que se tem visto ao longo do tempo são ações pontuais, mais voltadas para ao atendimento quando o desastre já ocorreu (Oliveira, 2011).

A Prefeitura Municipal de Rio Branco, com base no Plano Municipal de Regularização Fundiária, elencou 196 parcelamentos de terras como irregularidades na cidade. Praticamente toda a cidade não possui título de propriedade, mas isso não significa que estes bairros ou estes parcelamentos sejam os ditos aglomerados subnormais.

Para “corrigir” essas discrepâncias ou para embelezar a cidade, uma ampla reforma urbana iniciou-se a partir de 1999 com a chegada ao poder da Frente Popular do Acre (FPA)<sup>4</sup> ao executivo estadual. As obras das duas primeiras gestões da FPA, isto é, do governo de Jorge Viana, foram direcionadas à comemoração do centenário do Acre (Morais, 2008).

Durante os oitos anos de mandato do governador Jorge Viana foram construídas várias obras arquiteturais em Rio Branco, foram reconstruídos e recuperados prédios públicos com o objetivo de materializar um discurso identitário, tanto do ponto de vista material quanto imaterial. O “Governo da Floresta” revitalizou trechos da paisagem urbana, criou novos espaços de memória, investiu

4 Frente de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores.



no “resgate” de um modo de vida cidadão a partir da reinvenção de tradições com objetivos de “resgatar” certa memória de algumas cidades do Acre.

Neste sentido prédios foram reformados, como o Palácio Rio Branco, atualizando assim o ideário do governo de Hugo Carneiro e de Guiomard dos Santos, governos que investiram em um Acre em alvenaria. Praças foram revitalizadas e renomeadas, como a da Revolução e a dos Povos da Floresta. Com as reformas foram retirados das praças os vendedores ambulantes e, conseqüentemente, os seus compradores, pois eles “não mais combinavam” com os espaços revitalizados. Além dos prédios e praças, foram “urbanizadas” as margens de alguns igarapés, com a construção de parques urbanos. Todos os empreendimentos que foram reformados, construídos ou renomeados naquele momento estavam em consonância com a construção do discurso identitário da acrianidade (Morais, 2008).

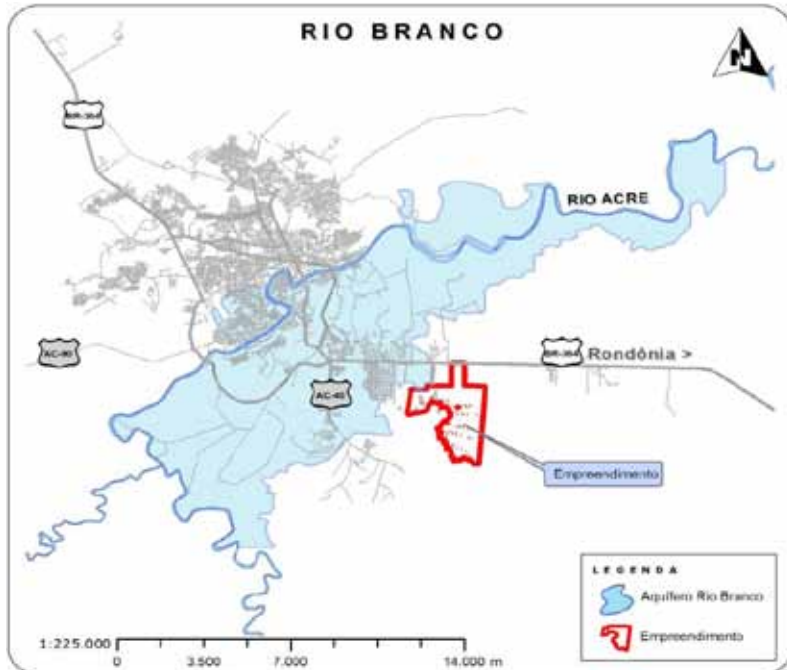
Nas cidades acrianas, além do processo de revitalização do patrimônio histórico e cultural, também foi implantado pelo Governo da Floresta um conjunto de obras de “embelezamento urbano”, revelando um “urbanismo-marca” dessa gestão, como a iluminação em tons verde, que traz um “ar de floresta” para a cidade. O urbanismo-marca também se expressa na construção de pontes sobre o rio Acre, dado o aspecto arquitetural das mesmas. Foram construídas duas pontes e uma passarela. A terceira ponte em uma área que não está densamente ocupada, mas a quarta ponte é nas proximidades do centro da cidade, abrangendo direta ou indiretamente os bairros 6 de Agosto, Cadeia Velha, Habitasa e Centro. Isso significa que para a construção desta ponte houve remoção de moradores. Alguns, com poder aquisitivo maior, como os moradores da Habitasa, não tiveram grandes problemas para conseguir outra moradia com o dinheiro da indenização, mas a maioria dos deslocados não teve a mesma sorte e saiu à força, seja porque não tinha título de propriedade ou porque não “soube” negociar. Com a quarta ponte houve uma valorização do solo urbano e já são visíveis os conjuntos de apartamentos de uma classe média alta que se aproxima desta área.

Nos governos posteriores ao de Jorge Viana, o de Binho Marques e o atual de Tião Viana, a reforma urbana em curso diz respeito, principalmente, às obras de “urbanização” das margens do rio Acre e do igarapé São Francisco. Neste sentido, o Residencial Cidade do Povo está sendo construído para abrigar a população de áreas de risco que será removida das margens dos cursos d’água.

Este Residencial faz parte do PAC2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e enquadra-se no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O mesmo será construído na perspectiva dos donos da cidade ou no sentido da criação de

um consenso em torno do projeto de cidade, com o objetivo de sanar o déficit habitacional de Rio Branco, que segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU) é da ordem de 46.048 unidades, e de resolver a questão da população que vive em áreas de risco. O mesmo objetiva, até o ano de 2014, remover esta população das áreas de risco, ou seja, a população que anualmente sofre em consequência das cheias do rio Acre e do igarapé São Francisco, e sanar o déficit habitacional. O Residencial será edificado em uma área de, aproximadamente, 700 ha, com um número aproximado de 10.600 unidades habitacionais para famílias com renda salarial variando entre 0,00 (zero) a 10,00 (dez) salários mínimos, distribuídos em três faixas: 0 – 3 salários, 3 – 6 salários e 6 – 10 salários (EIA-RIMA, 2012). Será construído a 30 km do Centro da cidade de Rio Branco, na zona de expansão urbana (ver Mapa 1). Isto significa que valorizará o solo urbano neste entorno e, conseqüentemente, provocará um novo processo de “expulsão” da população pobre, pois sempre “[...] que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, [...] ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta de serviços, davam preferência a outras localizações” (Singer, 1982: 34).

**Mapa 01** – Localização do Residencial Cidade do Povo, em Rio Branco (AC).



Fonte: EIA-RIMA, 2012.

Mesmo havendo vazios urbanos em Rio Branco, a área escolhida é distante do centro, prática esta comum nas cidades brasileiras. A expansão descontínua da mancha urbana aumenta as distâncias, encarece os investimentos para a implantação de serviços públicos, eleva os custos de operação e de manutenção e reduz o aproveitamento *per capita* dos equipamentos existentes (Bolaffi, 1982: 58). O que nos cabe perguntar é de quem são estas terras? E porque elas foram escolhidas?

O empreendimento está localizado dentro da microbacia do igarapé Judia e microbacia do igarapé Belo Jardim. São cerca de 13 bairros ou comunidades onde predomina população de baixa renda ou áreas da periferia urbana. A população da área de entorno é de 18.568 habitantes, ou 5,3% da população da capital (EIA-RIMA, 2012).

As obras do Residencial estão em fase inicial, mas os seus futuros moradores estão vivendo no aluguel social ou nos bairros de origem, conformados ou brigando para não serem “despossuídos” de seus locais de moradia, como é o caso de parte dos moradores do bairro 6 de agosto. Vejamos trecho de uma matéria publicada no blog Insurgente Coletivo, em 15 de agosto de 2010, de um morador do bairro, que retrata bem o processo do *deslocamento* e da *desposseção* em curso na cidade de Rio Branco:

[...] em setembro do ano passado, representantes do governo passaram nas casas que ficam próximas aos viadutos e à quarta ponte fazendo um cadastro. Como diziam coisas diversas sobre um mesmo cadastro, a insegurança, a confusão e a indignação tomaram conta da população dessa área.

Mentiram e fizeram pressão nas casas para que as pessoas saíssem e fossem morar em aluguel pago pelo governo, até que sua casa ficasse pronta. Sendo o valor desse aluguel apenas 300 reais, muitas famílias têm que complementar com dinheiro tirado do próprio bolso. Por outro lado, como vez em quando atrasa o dinheiro do aluguel, pessoas já foram despejadas de algumas casas alugadas.

Em menos de um ano, há pessoas que já fizeram cinco mudanças. Perderam parte de seus móveis e se dizem profundamente arrependidas de terem saído de suas casas por insistência das equipes do governo.

O governo só parou a retirada das famílias quando alguns moradores, tendo esgotado sua paciência e todos os meios de diálogos, resolveram fechar a quarta ponte. Então, uma equipe do governo foi à comunidade e disse que “não mexeria com mais ninguém ali”. Como sabemos, o que aconteceu foi que o governo abandonou essa população.

Agora, novamente, o governo volta ao bairro e faz outro cadastro, com a mesma confusão e falta de transparência. Mas agora, além da área referida, os agentes estatais passaram em, pelo menos, seis ruas [...].

Sabemos que eles estão vinculando esses cadastros com a Cidade do Povo. Os moradores temem que seus nomes e dados estejam sendo utilizados para finalidades que eles desconhecem.

A equipe do governo, em tom confuso, afirma que seria bom ir para a Cidade do Povo. Todavia, esse projeto é muito problemático. O IMAC e o Ministério Público já afirmaram isso. Recentemente, também os militares comprovaram, em reunião feita para apresentar a eles o projeto [...].

Talvez em razão do caráter problemático desse projeto e da força de resistência do povo desse bairro [...] é que o governo, outra vez, age ali com falta de transparência (<http://insurgentecoletivo.blogspot.com.br/> acessado em 11/11/2012).

## Considerações Finais

Diante do exposto podemos afirmar que tanto Manaus quanto Rio Branco vêm passando por transformações de impactos de âmbito espacial e social. Em detrimento dos projetos de cidades, as mesmas vêm reestruturando seus espaços e seus usos. A “urbanização” das margens de rios e igarapés está sendo transformada em uma nova paisagem. E a realização das obras para Copa de 2014 torna-se a oportunidade ideal para alimentar o processo de higienização já em curso em Manaus.

As populações que antes habitavam ou que ainda habitam as suas margens estão sendo *deslocadas* para áreas mais longínquas ou para conjuntos habitacionais construídos para alojá-las. Trata-se de uma expulsão sutil das populações pobres ao mesmo tempo em que estas áreas estão sendo valorizadas para o capital especulativo. Neste caso a produção do espaço urbano empreendida pelo poder público e pelos agentes imobiliários e fundiários passa a atender, preferencialmente, aos capitais privados.

## Referências

- AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. *Plano de sustentabilidade socioambiental*. Manaus, UGPI, 2011.
- ARAÚJO, Elizângela Francisca Sena de. A urbanização espacial (des)igual para todos e seus impactos. In: *Anais do 3º Encontro da Região Norte da SBS*. Manaus, UFAM, 2012.

- BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. (org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982, pp. 37-70.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: \_\_\_\_\_. *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia*. Goiânia, Alternativa, 2001, pp. 11-32.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, USP, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço urbano*. Rio de Janeiro, Contexto, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Trajéórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, Elson Manoel e DIAS, Leila Christina Duarte (Orgs.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. Florianópolis, Insular, 2011, pp. 17-30.
- DOSSIÊ: *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *Dossiê: Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011b.
- EIA-RIMA. *Parecer Técnico Nº. 006/2012. Empreendimento Residencial Cidade do Povo*. Rio Branco, IMAC, 2012.
- GURGEL, Núbia Irailde Fernandes. Globalização e política urbana: uma análise do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim. In: *Anais do 3º Encontro da Região Norte da SBS*. Manaus, UFAM, 2012.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- MARACCI, Marilda Teles. BNDES e violações de direitos: fichários dos casos. In: PINTO, João Roberto Lopes. *Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilidade das Instituições Financeiras*. Brasília, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2012.
- MARICATO, Ermínia (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- \_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: \_\_\_\_\_. e ARANTES, Otilia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 121-192.
- MORAIS, Maria de Jesus. *Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Acreanidade: invenção e re-invenção da identidade acreana*. Tese de doutorado, Geografia, UFF, 2008.

- OLIVEIRA, José Aldemir de. A circulação na Manaus da *belle époque*: modernização e exclusão. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, n. 4, 2003, pp. 45-56.
- \_\_\_\_\_. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole. In: CASTRO, Edna (Org). *Cidades na floresta*. São Paulo, Annablume, 2008, pp. 59-98.
- OLIVEIRA, Regiani Cristina de. *Estudo psicossocial e econômico das famílias atingidas por desastres naturais em áreas de risco na cidade de Rio Branco – Acre*. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Regional, UFAC, 2011.
- PROSAMIM. Página eletrônica. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/historico-do-prosamim>>. Acessado em 10/11/2012.
- RIO BRANCO. Prefeitura Municipal de Rio Branco. *Plano diretor da cidade de Rio Branco*. Rio Branco, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Plano municipal de habitação de interesse social de Rio Branco*. Rio Branco, 2011.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo, Contexto, 1997.
- ROSSIN, Antonio Carlos. *Prosamim: um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia*. Governo do Estado do Amazonas, 2008.
- RUMMENHOELLER, Tanith Olórtegui Del Castillo de. *Crítica à cidade tropical – Rio Branco: uma análise para além dos elementos arquitetônicos convencionais*. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Regional, UFAC, 2010.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades: para um mercado mundial*. Chapecó, Argos, 2003.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982, pp. 21-36.
- SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. *Fábulas da modernidade no Acre: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920*. Dissertação de mestrado, História, UFPE, 2001.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia, \_\_\_\_\_ e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 75-103.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 10/03/2013

### **Como citar este artigo:**

- MORAIS, Maria de e VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 89-110.